

Transparência precisa de avanço

Observatório Cidadão de Piracicaba fez nova análise dos portais da prefeitura e da Câmara

O Observatório Cidadão de Piracicaba divulgou, ontem, o seu 7º boletim, o 2º com a análise dos indicadores dos portais da transparência da prefeitura e da Câmara de Vereadores referente a 2014. O órgão apurou que ainda são necessários avanços.

O Portal da Prefeitura foi analisado sob 16 critérios, que incluíam informações sobre receitas, obras e detalhamento de gastos em tempo real. Das informações disponíveis ao cidadão, 44% responderam integralmente aos quesitos propostos pela Legislação, 38% das informações foram consideradas parciais e 19% não deram as informações necessárias.

Ao longo do ano houve ganho no quesito Licitações – documento na íntegra, que passou a ser atendido parcialmente, quando, na avaliação passada, não era atendido. No entanto, os indicadores “despesas detalhadas”,



Portal da Transparência da Câmara de Vereadores de Piracicaba

“despesas em tempo real” e “imóveis alugados” pioraram na avaliação.

CÂMARA

O Portal da Câmara foi avaliado em 20 indicadores sobre despesas, tramitação de propostas, salários, licitações, entre outros. Destes, 40% atendiam plenamente às informações necessárias, 35% parcialmente e 25% não atendiam.

Mas, de maio a novembro desse ano, o portal acrescentou um manual de uso para o cidadão, que não existia no ano anterior.

“A transparência pública é fundamental para que a população possa exercer o acompanhamento de seus representantes e do uso dos recursos públicos. A análise e divulgação do boletim dos portais de transparência pelo Observatório são subsídios para que

a prefeitura e a Câmara aprimorem esse importante instrumento de transparência”, afirmou Fábio Moura, presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB 8ª Subseção) de Piracicaba.

O boletim destaca itens previstos na legislação que não foram completamente cumpridos. Os dois portais, por exemplo, apresentam problemas na disponibilização de informações sobre as despesas detalhadas e em tempo real, como exigido pela Lei Complementar Federal nº 131/2009 e pelo Decreto Federal nº 7185/2010.

“Nos preocupa que informações, incluindo algumas exigidas por lei, ainda não sejam disponibilizadas integralmente para a população”, apontou Renato Morgado, coordenador de projetos do Imaflora.

O documento reitera propostas para o aperfeiçoamento da transparência nos dois portais, enfatizando o cumprimento da legislação e a importância destes canais de comunicação com os cidadãos.

A análise completa pode ser conferida no site www.observatoriopiracicaba.org.br.